

CONCENTRAÇÃO

7 Julho
Não à privatização
da água e dos resíduos



RESOLUÇÃO

Prosseguindo uma política ruínosa para o país e os portugueses, o governo PSD/CDS, em conluio com o Presidente da República, avançou com a privatização da EGF para o consórcio Suma/Mota-Engil, impondo a formação de um monopólio privado de resíduos sem paralelo na Europa, e com a reorganização do grupo Águas de Portugal (Decretos-Lei n.º 92/2015, D.L93/2015 e D.L 94/2015), determinando a criação de três novas mega empresas: a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cuja gestão será delegada na EPAL, a Águas do Norte e a Águas do Centro-Litoral.

Tal como as organizações sindicais e a quase generalidade dos autarcas têm denunciado, estes processos têm sido construídos à margem e contra a vontade dos municípios, das populações, dos trabalhadores e das suas estruturas representativas. Processos que visam favorecer exclusivamente os interesses privados, como ficou patente na privatização da EGF, em que o Governo impediu os municípios de participarem no processo de alienação, apesar das posições que as autarquias detêm enquanto accionistas e fornecedores dos sistemas de resíduos.

O sector da água e dos resíduos é estratégico, rentável e essencial ao desenvolvimento, ao ambiente, à saúde e qualidade de vida das populações.

Sector que nas últimas décadas foi alvo de vultuosos investimentos públicos, e onde se prevê que nos próximos anos continuem a ser investidos centenas de milhões de euros, os quais por via da privatização por concessão, subconcessão ou outro processo qualquer, irão parar aos bolsos dos grandes grupos económicos.

Não há nenhum fundamento económico, social, tecnológico ou ambiental que justifique a privatização.

A privatização, ao contrário do que o Governo apregoa, conduzirá à degradação dos serviços, ao brutal aumento dos preços e agravamento das desigualdades sociais, à perda

de direitos e deterioração das condições de trabalho, a mais ineficiências, desperdícios e menos transparência.

No caso das fusões dos sistemas multimunicipais de águas é o próprio Regulador, a ERSAR, que conclui que "(...) no que diz respeito à diminuição dos gastos de exploração, totais ou unitários, face aos observados para o conjunto dos sistemas extintos, não se encontram evidenciados potenciais ganhos de escala".

O aumento dos preços será brutal. Só nos lixos, a subida pode ascender a cerca de 25 por cento no sistema da Valorsul, como denuncia a autarquia de Loures. No caso da água e do saneamento os aumentos por exemplo em Oeiras, Cascais, Amadora e Sintra ascendem a 30 por cento na água e 75 por cento no saneamento. Em Loures, os aumentos são, respectivamente, de 14,22 e de 23,7 por cento. No Porto, a subida global prevista é de 40 por cento.

Quanto ao interior do país, as reduções previstas na chamada tarifa em «alta» dificilmente se repercutirão nas facturas das famílias. Na realidade, devido às imposições da ERSAR e da situação deficitária da maioria dos sistemas, consequência também da integração nos sistemas multimunicipais, a maioria dos municípios terá de subir as tarifas, em alguns casos, mais do que no litoral.

Aumentos que, tendo em vista o negócio do lixo e a valorização das empresas da Águas de Portugal (AdP), no quadro de uma futura privatização, terão fortes repercussões na vida de milhares de portugueses, pois são cada vez mais as famílias que não conseguem pagar a factura da água e resíduos (mas também da luz, gás).

Estes processos terão fortes e graves consequências sobre os trabalhadores, num quadro em que não há nenhuma garantia efectiva de manutenção dos direitos e dos postos de trabalho, e num sector já hoje marcado pela deterioração das condições de trabalho e aumento da exploração laboral, resultado dos cortes impostos nos últimos anos e de uma gestão subordinada à lógica de obtenção de resultados.

Os estudos de viabilidade apontam mesmo para a redução do número de trabalhadores, como é o caso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo que prevê uma diminuição de 234 trabalhadores ao longo da concessão, apesar de ser mais do que evidente que o sector não só precisa como tem condições para criar emprego.

Sabe-se que a proposta da SUMA/Mota-Engil aponta para a fusão das empresas de resíduos num horizonte de cinco anos e um excedente de recursos humanos de 25%, ou seja, a previsível destruição de 460 postos de trabalho na EGF.

Acresce que todos estes processos foram e continuam a ser desenvolvidos à margem dos trabalhadores, violando de forma ostensiva a lei de negociação colectiva. Um comportamento que também comprova o objectivo, nunca declarado, mas óbvio, de desvalorizar o trabalho e facilitar também por esta via a privatização.

É evidente que a alienação da EGF e as fusões nas águas visam agravar a exploração laboral com o aumento da mobilidade entre empresas; aumento do horário de trabalho; aumento da flexibilidade e polivalência; degradação de salários e das condições de trabalho; destruição dos acordos de empresa e da contratação colectiva.

É por tudo isto que os trabalhadores presentes exigem:

- A defesa dos postos de trabalho, dos direitos e a contratação de mais trabalhadores, hoje em número insuficiente, indispensáveis para assegurar um serviço público de qualidade.
- A estabilidade do emprego, assegurando que a um posto de trabalho permanente corresponde a um vínculo efectivo, pondo fim ao uso indiscriminado de contratação de trabalhadores precários e ao regime de *outsourcing*.
- Respeito e valorização da negociação colectiva, exigindo o cumprimento dos acordos de empresa em vigor e o desbloqueamento da negociação em todas as empresas do grupo AdP/EGF.
- A harmonização no progresso das condições de trabalho em todas as empresas do grupo AdP/EGF, assumindo como referência os Acordos de Empresa existentes (EPAL e AMARSUL).
- A progressiva redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, situação hoje existente em empresas do grupo.
- A valorização e dignificação dos trabalhadores, terminando com a implementação de regulamentos internos e práticas atentatórias dos direitos.
- O cumprimento das regras de saúde e segurança no trabalho, sendo inaceitável o funcionamento de equipamentos como as estações de tratamento de águas residuais apenas com um único trabalhador.

E reafirmam:

A continuação da luta pelos direitos laborais e sociais, o combate à privatização, a manutenção da EGF na esfera pública e a reversão do processo de reestruturação do sector das águas, mobilizando os trabalhadores e as populações para derrotar a política de direita e construir a alternativa política de esquerda e soberana que os assegure e concretize.

Lisboa, 7 de Julho de 2015